

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial


ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES


MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO


LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA


LETRAS
LISBOA


FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA


FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Jacinta Bugalhão¹

RESUMO

Em Portugal, nas últimas décadas, o grupo profissional dos arqueólogos tem vivido um extraordinário aumento de dimensão, bem como diversas alterações no que se refere à sua estrutura, constituição e balanço social. Estas mudanças relacionam-se de perto com a evolução sociológica portuguesa e com o caminho do país rumo ao desenvolvimento e à vanguarda civilizacional.

Neste artigo será abordada a evolução do grupo de pessoas que em Portugal se dedicam à prática da actividade arqueológica, durante todo o século XX e até à actualidade. Quantos são, quem são, qual a sua formação académica, distribuição etária e de género, origem geográfica e forma de exercício da actividade (do amadorismo à profissionalização) serão alguns dos aspectos abordados.

Palavras-chave: Arqueólogos, Arqueologia profissional, História da Arqueologia.

ABSTRACT

In Portugal, in the last decades, the professional group of archaeologists has experienced an extraordinary increase in size, as well as several changes regarding its structure, constitution and social balance. These changes are closely related to the sociological evolution of Portugal and its path towards development and the civilizational vanguard.

In this article it will be approached the evolution of the group of people that in Portugal are dedicated to the practice of the archaeological activity, throughout the XX century and up to the present time. How many are, who they are, what their academic background, age and gender distribution, geographical origin and exercise of the activity form (from amateurism to professionalization) will be some of the aspects addressed.

Keywords: Archaeologists, Professional archeology, History of Archeology.

1. ARQUEÓLOGO, CONCEITO

Entre o início do século XX e a actualidade (2017), limites cronológicos do presente estudo, o conceito de arqueólogo revela significativa evolução, quer a nível sociológico, quer a nível científico, quer, nas décadas mais recentes, a nível profissional.

Durante grande parte do século XX, ser arqueólogo não era exclusivamente uma atribuição profissional, mas sim a manifestação do exercício de uma actividade paralela ou supletiva, não remunerada e desenvolvida por gosto e/ou militância cívica. Nesta fase, e adoptando a definição produzida em trabalho anterior, considera-se arqueólogo aquele promove, dirige ou participa em escavações arqueológicas, se dedica à procura e recolha de “achados” arqueológicos

(recolha avulsa de espólio arqueológico) e à publicação de estudos e sobre temática arqueológica e congénere (Bugalhão, Sousa e Bragança, no prelo). Precocemente o epíteto de arqueólogo, ou a qualificação como tal, aparece no ordenamento jurídico português associado à direção de trabalhos arqueológicos de campo. O Decreto n.º 21.117 de 18 de Abril de 1932, que contém um primeiro esboço de regulamentação da actividade arqueológica, refere que os “indivíduos que pretenderem dirigir escavações” em sítios arqueológicos devem ser “técnicos competentes”, numa primeira menção à qualificação técnica e científica inerente aos arqueólogos. Em 1960, a Portaria n.º 17.812 de 11 de Julho, revê o anterior diploma legal e refere-se ao “professor ou arqueólogo de reconhecida competência que, através de assistência

1. Direção-Geral do Património Cultural; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património; jacintabugalhao@gmail.com

permanente dirigirá os trabalhos” arqueológicos e aos “estudantes” que neles participam, revelando a importância da associação desta actividade com o ensino da disciplina científica, nomeadamente o universitário. O *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* (RTA) de 1978 (Portaria n.º 269/78 de 12 de Maio) afirma claramente que a direcção e orientação dos trabalhos é responsabilidade do *arqueólogo*, que é o requerente do pedido de autorização e ao qual tem de ser reconhecida idoneidade. Curiosamente, esta portaria não define qualquer requisito habilitacional ou curricular. Contudo, o requerimento anexo presume que o arqueólogo é autor de bibliografia e solicita a indicação das suas qualificações, currículo (“participação em trabalhos realizados, em Portugal ou no estrangeiro”) e referências sobre a sua aptidão para a direcção de escavações. Duas décadas depois, são regulamentadas as carreias específicas da área funcional de arqueologia na administração pública (Decreto Regulamentar n.º 28/97 de 21 de Julho)². Dois anos após, é publicado novo RTA (Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho), que define como competentes para dirigirem trabalhos arqueológicos os “licenciados cujo *curriculum vitae* esteja dentro dos critérios de acesso à carreira de arqueólogo na função pública”, ou seja, os “indivíduos habilitados com licenciatura ou grau académico de nível superior que confira formação específica na área da arqueologia” (História variante de Arqueologia, Pré-História ou Arqueologia) e ainda “prática profissional” anterior ou “formação complementar adequada”. Finalmente, o RTA actualmente em vigor (Decreto-Lei 164/2014 de 4 de Novembro)

2. Em anexo a este Decreto Regulamentar são publicados os conteúdos funcionais da carreira de Arqueólogo, de alguma forma extrapoláveis para a profissão: “executar ou coordenar a execução de todo o tipo de trabalhos específicos (...) da arqueologia, no campo, em meio urbano, em gabinetes ou laboratórios, elaborar estudos, conceber e desenvolver projectos, emitir pareceres e participar em reuniões, comissões e grupos de trabalho (...), realizar as seguintes actividades: prospecções, escavações, peritagens e informações, estudos diversos (bibliográficos, sobre materiais, sobre estações, de impacte arqueológico, de planeamentos, etc.), exposições, conferências, condução de visitas, elaboração de publicações, ensino, participação em comissões técnicas de gestão e controlo dos planos de ordenamento do território, emissão de pareceres sobre normas de protecção de gestão do património arqueológico ou sobre projectos de conservação, restauro e musealização de imóveis e sítios arqueológicos”.

considera aptas a dirigir trabalhos arqueológicos as “pessoas academicamente habilitadas em arqueologia, com prática profissional comprovada”, especificando as condições da habilitação académica e a duração da experiência curricular.

Actualmente, pode aceder à condição de sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses quem “possuir formação superior em Arqueologia, ou História, ou outra formação, desde que possua, em qualquer das circunstâncias, *curriculum vitae* de reconhecido mérito científico na área das ciências arqueológicas, históricas ou afins” (AAP, 2012). Relativamente à Associação Profissional de Arqueólogos, podem ser associados efectivos “os titulares de licenciatura, ou grau académico equivalente, que confira formação específica na área da Arqueologia”, com elementos de formação curricular complementares (APA, 2009). O seu Código Deontológico (APA, 2009) define o conteúdo funcional associado à profissão de arqueólogo: “identificar e investigar o património arqueológico e colaborar na sua salvaguarda e gestão”.

2. METODOLOGIA

Tomando por base a diacronia referencial supra referida, propõe-se aqui a caracterização sociológica e profissional do grupo de pessoas consideradas arqueólogos (por si mesmas e/ou pelo todo social), em Portugal, entre o início do século XX e a actualidade (dados recolhidos em Junho de 2017).

O universo em análise foi obtido com base na recolha crítica e trabalhada dos dados constantes no *Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica* e no *Portal do Arqueólogo*³, nas suas versões *intranet*, completados com informações recolhidas bibliograficamente e em conteúdos disponíveis

3. Os dados de base utilizados referem-se à informação de base do projeto de doutoramento (em fase de conclusão) desenvolvido pela signatária desde 2012, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (com a UNIARQ e a DGPC como entidades de acolhimento), sob orientação de Carlos Fabião, subordinado ao tema “A Arqueologia em Portugal, entre o final do século XX e o início do século XXI”. Os valores quantitativos apresentados resultam, em parte significativa, da análise, interpretação e tipificação de dados brutos extraídos do *Endovélico* e do *Portal do Arqueólogo*, não se tratando por isso de dados absolutos e inequívocos, refletindo essencialmente tendências. Relativamente à metodologia e metadados, ver Bugalhão, 2011.

online⁴. Para o período entre 1900 e 1969, utilizou-se a base de dados constituída em trabalho anterior (Bugalhão, Sousa e Bragança, no prelo), agora ampliada e completada.

Foram considerados os seguintes descritores: género, nacionalidade, origem geográfica (naturalidade), estrutura etária, habilitação académica, área científica de formação académica, forma de exercício da actividade (profissional/amadora) / profissão e enquadramento institucional. Nem sempre foi possível determinar de forma inequívoca, ou pelo menos com aceitável grau de exactidão, todos estes descritores para cada um dos arqueólogos. Assim, as conclusões obtidas resultam quase sempre de informação apurada que será sempre quantificada. Assim, a nível gráfico as percentagens apresentadas têm por base os dados apurados e não o universo total.

A análise evolutiva e de tendência dos diversos descritores efectuou-se à escala da década. Consideraram-se assim para os 117 anos em estudo onze blocos de dez anos e um bloco de sete anos e meio (2010 – 2017, em Junho).

3. EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS

A recolha de dados efectuada resultou no apuramento de um universo de 2054 indivíduos. Para estes (todos) foi determinado o “período de actividade em arqueologia” a partir de: direcção de trabalhos arqueológicos, produção bibliográfica, direcção e participação em projectos, desempenho de postos ou cargos em instituições com actividade em arqueologia (Gráfico 1).

A distribuição cronológica do número de arqueó-

4. Nomeadamente, Cardoso, 2000; Fabião, 1989 e 2011; e um conjunto vasto de biografias disponíveis online, de entre as quais se destacam as relativas a *Personagens da Ciência em Portugal* (<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p1.html>), a *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto* (https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=122497), a *Biografias de Personalidades Famosas no Domínio das Geociências em Portugal* (http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/biografias), autores com bibliografia no acervo da Biblioteca de Arqueologia da DGPC presentes no acervo epistolar de Georg e Vera Leisner (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/biografias/>) e, principalmente, as publicadas por João Luís Cardoso (<https://independent.academia.edu/Jo%C3%A3o%20Cardoso4>). Para pequenos apontamentos biográficos foi igualmente utilizado o motor de pesquisa do *Google, Inc.*, (<https://www.google.pt/>).

logos em actividade revela uma primeira fase, até 1969, com tendência de crescimento ligeiro. Entre 1970 e 1989, assiste-se a um aumento muito acentuado do número de arqueólogos em actividade, produto da fase pós 25 de Abril, da consequente estruturação do aparelho legislativo e institucional relativo à organização da Arqueologia e da evolução das actividades científicas em geral em Portugal (Bugalhão, 2011, p. 39). Nos primeiros anos da década de 90 do século XX, regista-se um período de alguma estagnação (Bugalhão, 2011, p. 39-40), compensado com nova fase de crescimento acentuado a partir de 1997 (Bugalhão, 2011, p. 22) com a criação do Instituto Português de Arqueologia⁵ e a implementação de um conjunto de reformas muito profundas no modelo de gestão arqueológica nacional. Esta tendência expressa-se na sua plenitude na década de 2000-2009, com o maior crescimento, absoluto e relativo, do número de arqueólogos em actividade (relativamente à década anterior) registado no período em estudo.

Nesta fase de grande expansão (1997-2007⁶), foi renovado o aparelho legislativo e regulamentar relativo à Arqueologia, nomeadamente:

- Decreto Regulamentar n.º 28/97 de 21 de Julho
- Carreiras de pessoais específicas da área funcional de arqueologia;
- Decreto-Lei n.º 164/97 de 27 de Junho – Património cultural subaquático;
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 de 12 de Dezembro – Ratifica a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista), La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992;
- Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho – Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Lei n.º 121/99 de 20 de Agosto – Utilização de detectores de metais;
- Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece

5. A este respeito e no que se refere ao conteúdo programático, ver: Decreto-Lei 117/97 de 14 de Maio – Lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia; Despachos do Ministro da Cultura 8690/98 de 23 de Março, 14 820/98 de 28 de Julho e Despacho de Secretário de Estado da Cultura 11 596/2001 de 31 de Maio – Criação das Extensões Territoriais do IPA.

6. Entre 2007 e 2011 estabilizam-se os valores máximos de arqueólogos com direcções científicas (entre 686 e 703 arqueólogos). A partir dessa data verifica-se uma tendência de diminuição de arqueólogos em actividade e de trabalhos arqueológicos autorizados em Portugal.

as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;

- Decreto-Lei n.º 131/2002 de 11 de Maio – Plano de ordenamento de parque arqueológico;
- Despacho Normativo n.º 18-A/2003 – Regulamento de apoio financeiro ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos;
- Decreto do Presidente da República n.º 65/2006 de 18 de Julho – Ratifica a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático da UNESCO, Paris, 2 de Novembro de 2001.

Entre 1997 e 2007, a Convenção de Malta inspirou decisivamente o modelo de gestão da actividade arqueológica, modelado pelos princípios orientadores da *Arqueologia Preventiva*, direccionados para estratégias de salvaguarda arqueológica em processos com impacto territorial profundo (avaliação de impacte ambiental, reabilitação urbana, gestão e ordenamento do território). O inventário arqueológico (Carta Arqueológica de Portugal) é revitalizado e sistematizado, através da implementação do sistema *Endovélico*, no qual passaram a ser carregados sistematicamente os dados decorrentes da actividade arqueológica (Bugalhão e Lucena, 2004).

Para além do extraordinário aumento do número de arqueólogos em actividade, verifica-se igualmente o correspondente crescimento da actividade arqueológica (Bugalhão, 2011, p. 22). O modelo de financiamento das intervenções arqueológicas (que são predominantemente preventivas) torna-se indirecto (público ou privado), resultando dos projectos e obras que as motivam e enquadram (aplicação do princípio do *poluidor-pagador* à actividade arqueológica). As intervenções são maioritariamente desenvolvidas sob contrato, por entidades privadas (empresas de arqueologia e arqueólogos em regime de trabalho independente). Promove-se a primeira experiência de actividade arqueológica de investigação programada, plurianual e financiada (os concursos do *Plano Nacional de Trabalhos arqueológicos*, entre 1998 e 2005). Mas os sinais disfuncionais são também emergentes: embora se publique mais e mais regularmente, o fosso entre o que é publicado e o que permanece inédito aumenta; a gestão de espólios é caótica e sem ordenamento consistente; o exercício profissional revela índices de precariedade alarmantes.

Entre 2008 e a actualidade, decorre um período de agravamento dos principais indicadores arqueológicos, em resultado da crise económica e financeira glo-

bal e suas consequências a nível nacional. O conceito de *Tutela* arqueológica associada a um organismo público de âmbito nacional degrada-se. Decrescem o número de arqueólogos, da actividade arqueológica (principalmente em meio rural) e de empresas de arqueologia. Em contrapartida, há bolseiros de investigação, mestrados e doutoramentos na área científica da Arqueologia em número razoável. Emerge a urgência de resolução de problemas crónicos como: a gestão da informação arqueológica com recurso a suportes digitais; a regulação e financiamento da actividade arqueológica de investigação e a gestão de espólios.

3.1. Género

Se analisado o descritor género⁷ de forma global no período em estudo, o universo dos arqueólogos em actividade em Portugal apresenta uma tendência paritária (53% homens; 47% mulheres).

Mais interessante se revela a evolução cronológica. As primeiras arqueólogas surgem na década de 1940-1949 (Bugalhão, 2013 e no prelo), sendo que os valores relativos ao género feminino não cessam de crescer ao longo do tempo. Com o início do século XXI, os valores tornam-se tendencialmente paritários. Entre 2000 e 2017, a percentagem de mulheres na actividade arqueológica é aproximada à percentagem de população portuguesa feminina com grau académico superior entre 1998 e 2014 (60%) (Bugalhão, no prelo, com base em dados disponibilizados na PORDATA) (Gráfico 2).

3.2. Nacionalidade

Analisado o universo dos arqueólogos em actividade em Portugal, entre 1900 e 2017, no descritor nacionalidade, verifica-se que este é constituído por 90% de portugueses e 10% de estrangeiros⁸. Esta proporção não revela oscilações significativas ao longo do período em estudo, manifestando uma presença constante e significativa de arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal.

Relativamente às nacionalidades em causa, observa-se uma compreensível predominância da nacionalidade espanhola, bem como valores consideráveis

7. Foi possível determinar o género em todos os indivíduos do universo.

8. Não foi possível determinar a nacionalidade em 14 casos, sendo que se tratam seguramente de arqueólogos estrangeiros.

para as nacionalidades alemã, francesa, italiana e norte-americana (Gráficos 3 e 4).

3.3. Origem geográfica (naturalidade)

Relativamente à naturalidade dos arqueólogos de nacionalidade portuguesa⁹, se analisada regionalmente¹⁰, verifica-se uma incidência superior na região de Lisboa e vale do Tejo (38%) e no Norte (26%), simultaneamente, as regiões mais populosas e urbanizadas. Salienta-se ainda, a percentagem dos arqueólogos portugueses nascidos fora do país (8%), nomeadamente em França (2%), Angola (2%) e Moçambique (1%), bem como noutros países de destino da imigração portuguesa e antigas colónias (Gráficos 5 e 6).

3.4. Estrutura etária

Relativamente ao ano de nascimento¹¹, consideraram-se 16 décadas, entre 1835 e 1994. Analisada a distribuição no período em estudo, observa-se uma pirâmide assimétrica, com crescimento constante até à década de 1975-1984. A última década com nascimentos registados, 1985-1994, revela um decréscimo de arqueólogos (Gráfico 7). Embora tal se possa explicar pelo facto de decorrer ainda a última década em estudo (terminará em 2019), a amplitude do decréscimo sugere que existem de facto menos arqueólogos em actividade nascidos nesta década, em relação a igual intervalo temporal anterior. Estes dados são compatíveis com a diminuição de arqueólogos em actividade entre 2010 e 2017, acima referida (Gráfico 1).

Foi igualmente determinada a evolução da média etária¹² dos arqueólogos ao longo do período em

estudo. As médias etárias decenais situam-se entre os 53 e os 31 anos. Entre 1940 e 1969 os arqueólogos eram tendencialmente mais velhos. Nas três décadas mais recentes, entre 1990 e 2017, os arqueólogos em actividade são mais jovens. Parece desenhar-se uma tendência de “envelhecimento do grupo profissional a partir de 2010, dado que carece de confirmação posterior (Gráfico 8).

3.5. Habilitação académica

Determinada a habilitação académica dos arqueólogos em actividade em Portugal, entre 1900 e 2017¹³, verifica-se que em 2% dos casos não possuem formação académica superior; em 18% dos casos possuem licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (ou outro tipo de grau académico médio ou superior obtido até 1969¹⁴); em 52% dos casos possuem mestrado/2.º ciclo de Bolonha; em 28% dos casos possuem doutoramento/3.º ciclo de Bolonha (Gráfico 9).

O panorama relativamente às habilitações académicas revela, contudo, acentuada evolução e alteração, ao longo do período em estudo¹⁵. Os arqueólogos sem formação académica superior surgem num máximo de 25% entre 1900 e 1909; entre 1910 e 1979 apresentam percentagens próximas dos 10%; a partir de 1980 a sua frequência começa a diminuir até um mínimo de 0,08%, entre 2010 e 2017 (um indivíduo). Os arqueólogos com licenciatura/1.º ciclo de Bolonha (ou outro tipo de grau académico médio ou

9. Não foi possível determinar a naturalidade em 678 arqueólogos portugueses.

10. Consideraram-se para tal as NUT's II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) definidas no Decreto-Lei n.º 68/2008 de 14 de abril, com as retificações no Decreto-Lei n.º 85/2009 de 3 de abril: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve; e as regiões autónomas da Madeira e Açores.

11. Não foi possível determinar o ano de nascimento em 467 arqueólogos.

12. A média etária de cada arqueólogo em actividade na década foi calculada com referência ao quinto ano da mesma (por exemplo para a década de 1900-1909, a média etária foi calculada em relação a 1904). Na década incompleta de 2010-2017, a média etária foi calculada em relação a 2013.

13. Entre 1900 e 1909, não foi possível determinar a habilitação académica em 9 casos; entre 1910 e 1919, não foi possível determinar a habilitação académica em 6 casos; entre 1920 e 1929, não foi possível determinar a habilitação académica em 4 casos; entre 1930 e 1939, não foi possível determinar a habilitação académica em 2 casos; entre 1940 e 1949, não foi possível determinar a habilitação académica em 8 casos; entre 1950 e 1959, não foi possível determinar a habilitação académica em 12 casos; entre 1960 e 1969, não foi possível determinar a habilitação académica em 3 casos; entre 1970 e 1979, não foi possível determinar a habilitação académica em 4 casos; entre 1980 e 1989, não foi possível determinar a habilitação académica em 78 casos; entre 1990 e 1999, não foi possível determinar a habilitação académica em 53 casos; entre 2000 e 2009, não foi possível determinar a habilitação académica em 22 casos; entre 2010 e 2017, não foi possível determinar a habilitação académica em 13 casos.

14. Por exemplo, estudos religiosos ou militares e magistério primário.

15. Considerou-se habilitação académica de cada arqueólogo, em cada década, o grau académico superior obtido durante a década.

superior obtido até 1969), em todo o século XX apresentam percentagens entre os 75% (1900-1909 e 1990 e 1999) e os 92% (1910-1919). Entre 1970 e 2017 a sua proporção apresenta tendência descendente (de 83% para 50%). Considerado globalmente todo o período em estudo, é a habilitação (grau) académica predominante.

Relativamente ao mestrado/2.º ciclo de Bolonha, surge apenas na década de 70 do século XX, com uma percentagem de 1%, registando um aumento constante até ao final do período em estudo (2010-2017) quando representa 35% das habilitações académicas dos arqueólogos. A evolução ao nível deste grau relaciona-se de perto, num primeiro momento, com a criação dos mestrados em Arqueologia nas universidades portuguesas a partir dos anos 90 do século XX, e, num segundo momento, com a alteração dos requisitos habilitacionais para aceder à direcção de trabalhos arqueológicos (na prática, passou a ser exigido aos novos arqueólogos a titularidade do grau de mestre desde 2007, irregularmente e, formalmente, com a revisão do RTA em 2014, através do Decreto-Lei 164/2014 de 4 de Novembro). Por fim, o grau de doutoramento/3.º ciclo de Bolonha surge na década de 30 do século XX, com 11%, registando ao longo do período em estudo proporção próxima dos 10% e atingindo um máximo de 15% entre 2010 e 2017. Deve referir-se que a evolução do número de arqueólogos doutorados/ano (desde 1996) apresenta configuração/tendência idêntica ao número de doutorados/ano em Portugal (PORDATA).

Relativamente à área científica dos graus académicos superiores (em 1834 graus apurados), verifica-se que 70% são em Arqueologia¹⁶; 16% em História; 2% em Antropologia e Património Cultural; 1% em Engenharia, Direito, Medicina, Ciências, Filosofia, Estudos Religiosos, Museologia, Geologia, Humanidades e Ciências Sociais; com menos de 1% surgem ainda Arquitectura, Conservação e Restauro, Estudos Militares, Farmácia, Geografia, Informática, Magistério Primário e Matemática.

16. Na segunda metade dos anos 70 do século XX surgem as licenciaturas de História com pre-especialização em Arqueologia. Nos anos 80 são criados os graus de História, variante Arqueologia; na primeira década do século XXI, surgem finalmente os graus em Arqueologia.

3.6. Forma de exercício da actividade (profissional/amadora)

Como já foi referido, durante grande parte do período em estudo, a actividade arqueológica era desenvolvida em regime de amadorismo (sem preparação académica específica, baseada no auto-didatismo, por gosto, prazer ou distração, como forma de participação cívica, ou de exercício lúdico)¹⁷. A partir essencialmente dos anos 70 do século XX, surge uma nova forma de exercício da actividade arqueológica, “supra-profissional” (paralela ao exercício de uma outra profissão) e não remunerada, mas na qual a preparação académica e científica estava já presente de forma efectiva.

Ao longo do período em estudo, esta situação enquadra entre 66% dos arqueólogos (na década de 40 do século XX) e menos de 1% (oito indivíduos) entre 2010 e 2017 (Gráfico 10).

Nos casos em que os arqueólogos desenvolvem a sua actividade de forma amadora e/ou não remunerada, foi determinada a sua profissão¹⁸. Destacam-se a actividade docente (no ensino básico/secundário e universitário), os profissionais de museus e os funcionários públicos, muitas vezes em instituições ligadas à investigação científica.

Ainda assim, o exercício profissional da actividade arqueológica está presente em todas as fases do período em estudo (ver ponto 3.7.). Desta forma, foi ensaiada a difícil tarefa (atendendo à inexistência de fontes de informação sistemáticas e fidedignas) de determinar o tipo de vínculo profissional, forma de exercício da profissão ou tipo de relação entre o arqueólogo e a entidade que contrata, promove ou enquadra a sua actividade.

Deve referir-se que, para os arqueólogos aos quais foi atribuído estatuto profissional, muito frequentemente, foram registadas situações laborais muito diversas, ao longo do período em estudo. Uma vez que a realidade em análise não é relativa a um momento, mas sim com um período relativamente alargado de tempo, um mesmo arqueólogo pode registar no seu currículo profissional situações de trabalho independente e dependente, actividade empresarial (em arqueologia) e ligação a uma ou

17. Não foi possível determinar a forma de exercício da actividade (profissional/amadora) e/ou a respectiva profissão em 156 casos.

18. Foi possível determinar a profissão de arqueólogos não profissionais em 220 casos.

várias unidades de investigação. Tal deve-se, entre outros factores à extraordinária instabilidade, mas também, dinamismo e flexibilidade, deste grupo profissional (Gráfico 11).

Da análise deste descritor ressalta um traço fortemente característico do grupo profissional dos arqueólogos em Portugal: a precariedade de vínculo laboral (sentida de forma particularmente intensa nas últimas três décadas). Foram recolhidos dados que indicam que os arqueólogos portugueses trabalham de forma precária em cerca de 75% das situações. Mesmo o trabalho dependente registado, frequentemente não é permanente, mas a prazo ou por tempo determinado. Acresce que, nos casos referidos em que os arqueólogos exercem a sua profissão em modalidades distintas ao longo do período em estudo, parece verificar-se que o tempo que trabalham em regime liberal, independente e precário é consideravelmente mais longo, que o ocupado em trabalho dependente e/ou como empresários (Gráfico 12).

3.7. Enquadramento institucional

Independentemente da forma de exercício da actividade arqueológica (profissional/amadora), profissão e tipo de vínculo profissional/forma de exercício da profissão/tipo de relação entre o arqueólogo e a instituição que enquadra o seu trabalho, procedeu-se à tipificação do enquadramento institucional da actividade dos arqueólogos portugueses, ao longo do período em estudo (Gráfico 13). Volta a referir-se que este descritor é de aferição complexa (atendendo à inexistência de fontes de informação sistemáticas e fidedignas), e que, uma vez que a realidade em análise não é relativa a um momento, mas sim a um período relativamente alargado de tempo, um mesmo arqueólogo pode registar no seu currículo tipos de enquadramento institucional muito distintos.

A administração pública central – o Estado – está presente em todas as décadas analisadas, registando um máximo de 21% entre 1990 e 1999 e um mínimo de 6% entre 1930 e 1939 e 2010 e 2017. No entanto, se considerarmos a administração pública central em conjunto com os museus nacionais e regionais (que também a integram), regista-se um máximo de 50% entre 1920 e 1939 e um mínimo de 8% entre 2010 e 2017.

Também a administração pública local – essencialmente, os municípios – está presente em todas as décadas analisadas, registando um máximo de 24% entre 1990 e 1999 e um mínimo de 2% entre 1960 e

1969. No entanto, se considerarmos a administração pública local em conjunto com os museus municipais (que também a integram), regista-se um máximo de 33% entre 1900 e 1909 e um mínimo de 7% entre 1940 e 1949.

Relativamente às Universidades e Unidades de Investigação nacionais, apresentam ao longo do período em estudo valores muito significativos, registando um máximo de 35% entre 1970 e 1979 e um mínimo de 10% entre 1900 e 1909. A estas juntam-se as Universidades e Unidades de Investigação estrangeiras que registam valores relativos mais modestos (no máximo, 12% entre 1960 e 1979; e no mínimo, 1% entre 1900 e 1909 e 1920 e 1929). No seu conjunto, este tipo de instituições alcançam valores relativos máximos de 47% entre 1970 e 1979 e mínimos de 10% entre 1900 e 1909.

Os museus (nacionais, regionais e municipais, já referidos) são uma muito relevante entidade de enquadramento do trabalho dos arqueólogos, principalmente até aos anos 60 do século XX quando começam a decrescer de importância relativa. Registam um máximo de 57% entre 1900 e 1909 e um mínimo de 3% entre 2010 e 2017.

As empresas de arqueologia surgem no panorama arqueológico nacional apenas na década de 90 do século XX (Bugalhão, 2011, p. 35-36), registando a partir dessa fase valores relativos crescentes como entidades de enquadramento do trabalho dos arqueólogos: entre 1990 e 1999, 16%; entre 2000 e 2009, 38%; entre 2010 e 2017, 40%.

No mesmo período, os arqueólogos trabalham com alguma frequência, maioritariamente em regime liberal, para outro tipo de empresas (nomeadamente, empresas com actividade na elaboração de estudos de impacto ambiental, empreiteiros, promotores imobiliários, empresas gestoras de redes de infra-estruturas básicas, etc). Este tipo de entidade representa no trabalho desenvolvido por arqueólogos: entre 1990 e 1999, 1%; entre 2000 e 2009, 9%; entre 2010 e 2017, 11%.

4. ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1900 – 2017)

A diversidade e complexidade das realidades objecto de análise no presente estudo, bem como a sua elevada extensão cronológica, merecem reflexão e abordagem crítica de âmbito superior ao aqui comportado e que se remete para trabalho futuro.

Assim, muito sumariamente, sobre os *Arqueólogos Portugueses*, ou mais exacta e menos poeticamente, sobre os arqueólogos com actividade em Portugal, destaca-se:

- Falta de abrangência e sistematização dos dados biográficos e curriculares nas fontes de informação disponíveis, que se reflete numa dificuldade acrescida no trabalho sobre este tipo de dados;
- Evolução do conceito de *arqueólogo*, de uma perspectiva amadora, diletante e nem sempre qualificada, para uma perspectiva profissional e de elevada qualificação científica;
- Entre 1970 e 1989 e entre 1997 e 2009, aumento significativo do número de arqueólogos, a nível absoluto e relativo;
- No final dos anos 90 do século XX, momento marcante para a profissionalização dos arqueólogos, com a introdução na gestão arqueológica, de conceitos como *arqueologia preventiva* e o *princípio do poluidor pagador*;
- Entre 2011 e 2017, consequências nefastas da crise económica e financeira global, agravadas pelo enorme aumento da actividade arqueológica anterior;
- Desde os anos 90 do século XX, tendência paritária do grupo profissional dos arqueólogos, na distribuição por género;
- Presença regular de um número considerável de arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal, numa primeira fase, com base em motivações imperialistas e para-colonialistas e, numa segunda fase, como consequência da europeização e globalização no país;
- Aparentemente, origem predominantemente urbana dos arqueólogos portugueses;
- A partir dos anos 70 do século XX, rejuvenescimento do grupo profissional;
- Qualificação académica e científica crescente dos arqueólogos;
- Predominância das áreas científicas da Arqueologia e da História, na formação académica dos arqueólogos;
- Particularmente a partir dos anos 90 do século XX, alarmante precariedade laboral entre o grupo profissional;
- Perda progressiva de relevância relativa da administração pública central e dos museus, no enquadramento do trabalho dos arqueólogos;
- Aparente, crescimento sustentado das universidades e unidades de investigação e da arqueo-

logia municipal, no enquadramento do trabalho dos arqueólogos;

- A partir dos anos 90 do século XX, crescente predominância, a nível absoluto e relativo, das empresas de arqueologia (e outras), no enquadramento do trabalho dos arqueólogos, que decorre, essencialmente, “sob contrato”.

BIBLIOGRAFIA

AAP (2012) – *Estatutos e Regulamento Interno da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, versão de 22 de Novembro de 2012. https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/assets/img/AAP_Estatutos.pdf.

Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto. Universidade do Porto. https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=122497.

APA (2009) – *Associação Profissional de Arqueólogos. Regulamentos*. Porto.

APA (2014) – *DISCO. Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14*. Associação Profissional de Arqueólogos, 149 p. http://www.discovering-archaeologists.eu/national_reports/2014/PT%20DISCO%202014%20Portugal%20national%20report%20portuguese.pdf.

Biografias de Personalidades Famosas no Domínio das Geociências em Portugal. Laboratório Nacional de Energia e Geologia. http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/biografias.

Biografias. Publicadas por João Luís Cardoso. <https://independent.academia.edu/jo%C3%A3oCardoso4>.

Biografias DGPC. Biografias de autores com bibliografia no acervo da Biblioteca de Arqueologia da DGPC presentes no acervo epistolar de Georg e Vera Leisner. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/biografias/>.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 60-61, pp. 19-43.

BUGALHÃO, Jacinta (2013) – As mulheres na arqueologia portuguesa. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal: 150 Anos*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 19-23.

BUGALHÃO, Jacinta (no prelo) – O papel da mulher na arqueologia portuguesa. *Ophiussa*.

BUGALHÃO, Jacinta; LUCENA, Armando (2004) – As Novas Tecnologias como Instrumento de Gestão e de Divulgação do Património: o exemplo do Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património. Actas*. Baião: Câmara Municipal, pp. 175-192.

BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Ana Catarina; Bragança, Filipa (no prelo) – Os fundos documentais de arqueólogos (pessoais) em Portugal (século XIX – 1974). *Actas do workshop “O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa”*.

CARDOSO, João Luís (2000) – Como nasceu a Arqueologia em Portugal. *O Estudo da História*. Lisboa. 4: 7-28.

FABIÃO, Carlos (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope*, n.º 2. pp.11-26.

FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Cão*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, CTT Correios de Portugal, 192 p.

GOOGLE – Google, Inc. Versão portuguesa. <https://www.google.pt/>.

Personagens da Ciência em Portugal. Instituto Camões. <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p1.html>.

PORDATA – *Pordata, Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. <http://www.pordata.pt/>.

PORTAL – *Portal do Arqueólogo*. Direcção-Geral do Património Cultural. <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

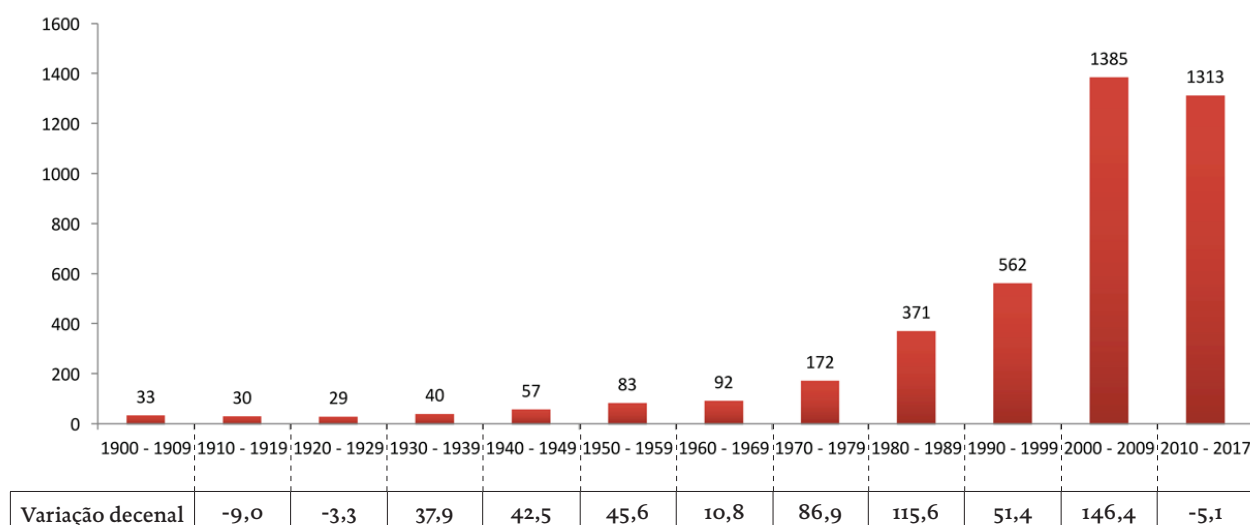


Gráfico 1 – Arqueólogos em actividade entre 1900 e 2017.

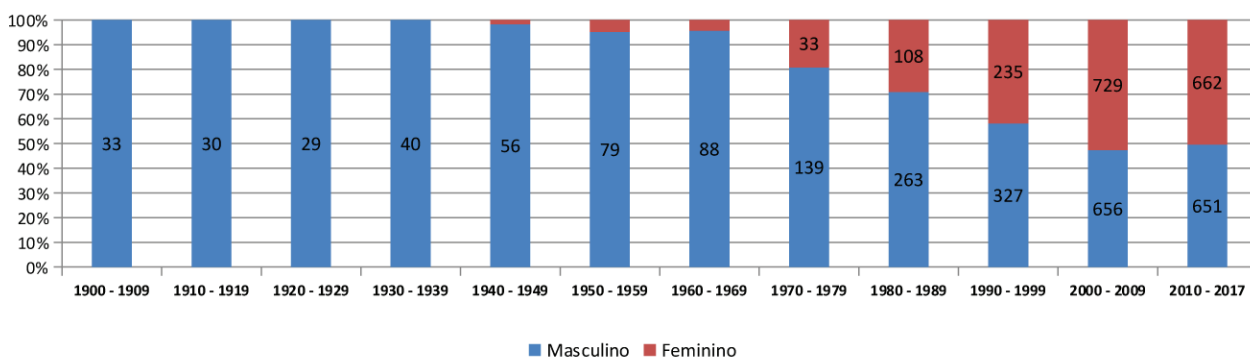


Gráfico 2 – Arqueólogos em actividade – Distribuição por género.

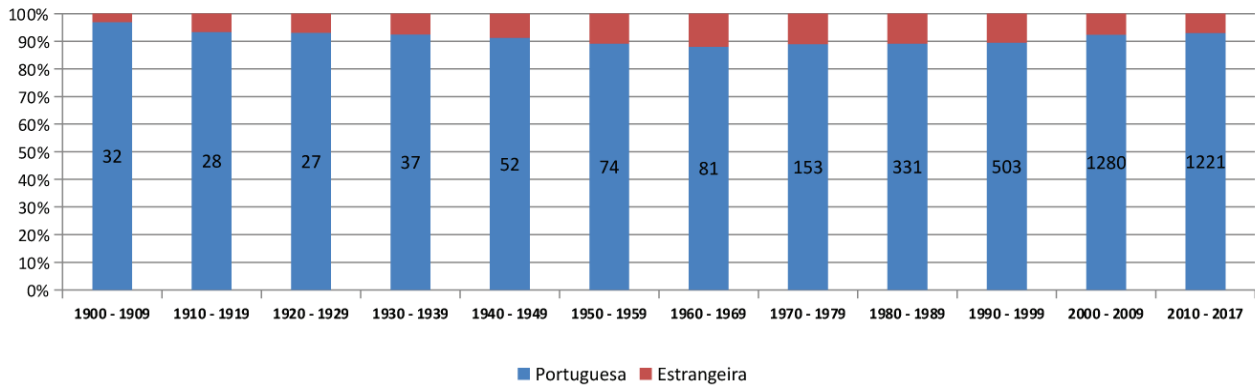


Gráfico 3 – Arqueólogos em actividade – Nacionalidade.

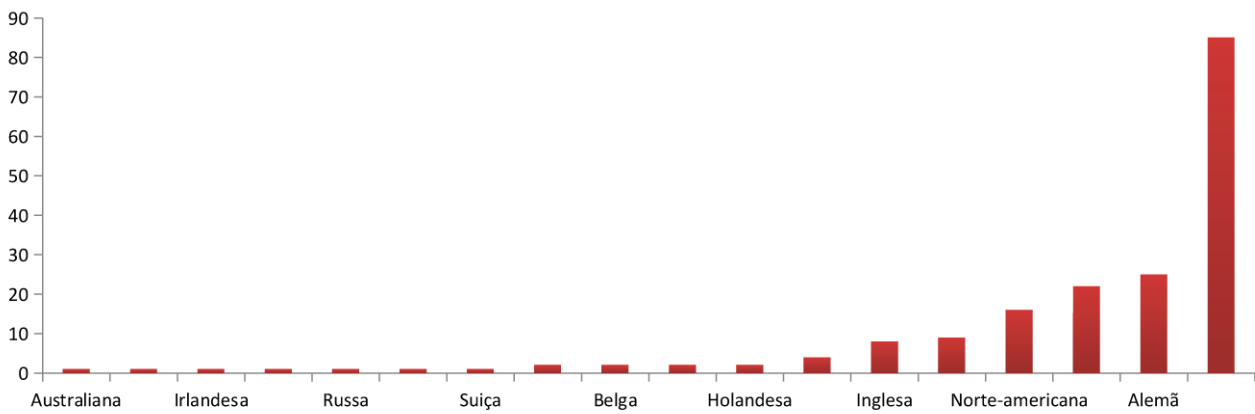


Gráfico 4 – Arqueólogos estrangeiros em actividade em Portugal – Nacionalidades.

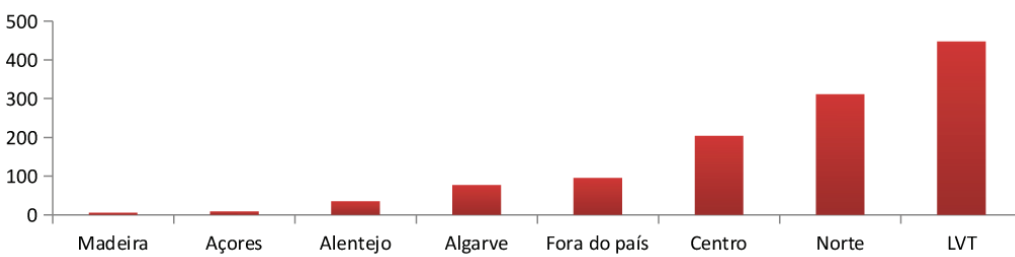


Gráfico 5 – Arqueólogos de nacionalidade portuguesa – Naturalidade.

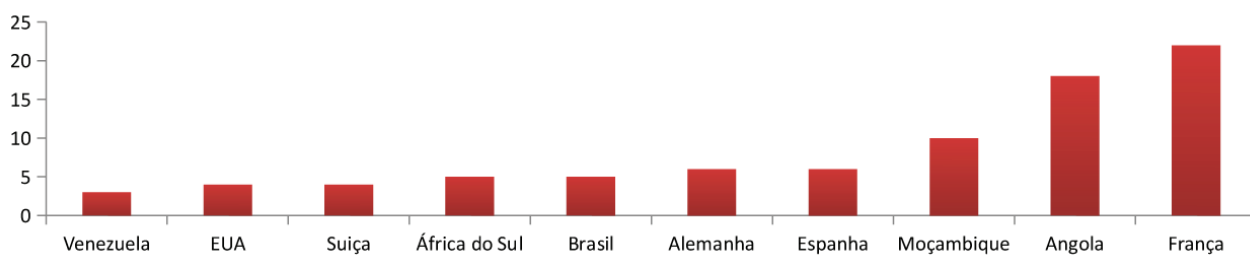


Gráfico 6 – Arqueólogos de nacionalidade portuguesa – Naturalidade “fora do país”.

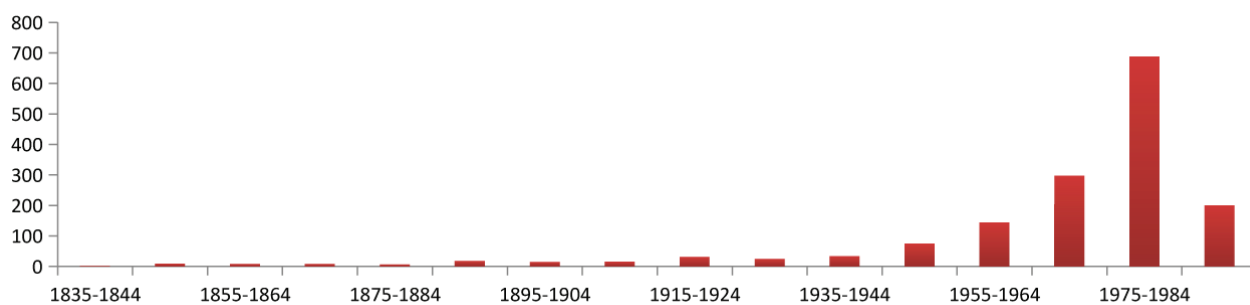


Gráfico 7 – Arqueólogos – Data de Nascimento.

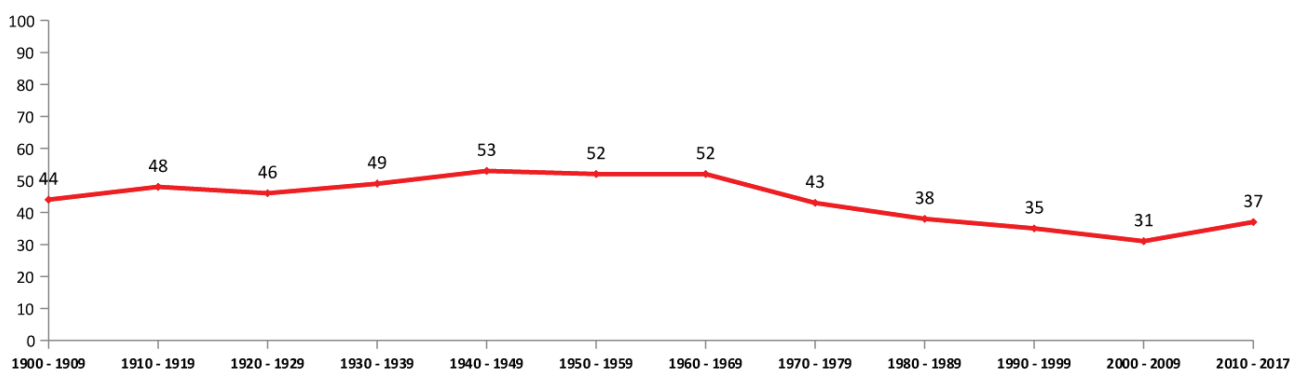


Gráfico 8 – Arqueólogos em actividade – Média etária.

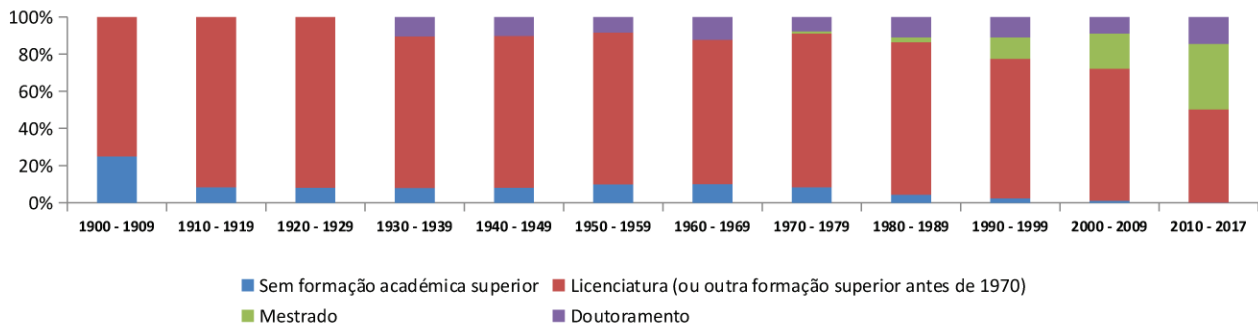


Gráfico 9 – Arqueólogos em actividade – Formação académica.

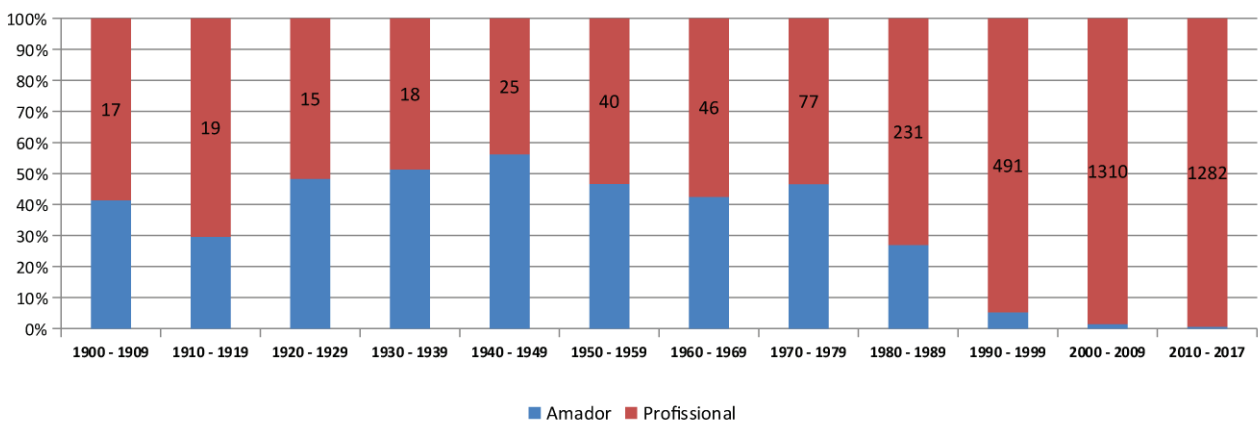


Gráfico 10 – Arqueólogos – Forma de exercício da actividade.

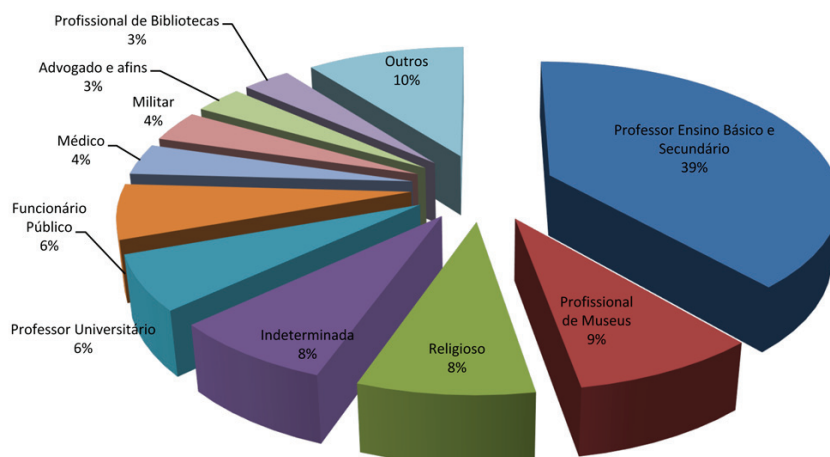


Gráfico 11 – Arqueólogos Amadores (ou em actividade não remunerada) – Profissão.

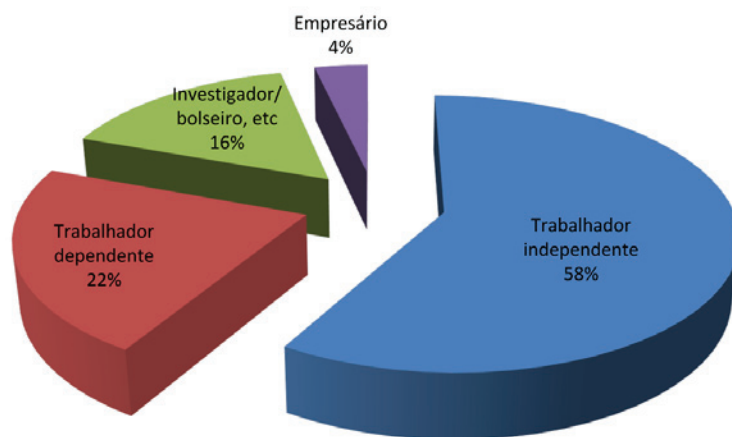


Gráfico 12 – Arqueólogos Profissionais – Situação Profissional.

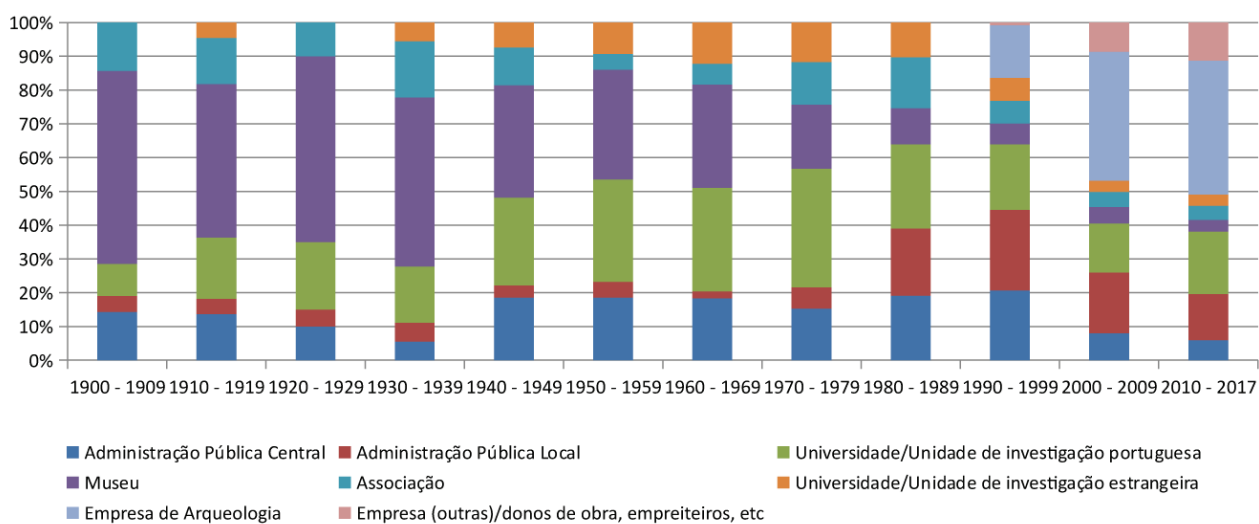


Gráfico 13 – Arqueólogos – Enquadramento institucional da actividade.



Patrocinador oficial